

Empresas consideram que as reformas são insuficientes

Orçamento do Estado Diminuição da taxa de IRC e alargamento do prazo de dedução dos prejuízos para 12 anos são consideradas medidas positivas pelo empresariado.

Dírcia Lopes
dircia.lopes@economico.pt

Mais do mesmo. Esta é quase a opinião unânime dos oradores que participaram ontem na conferência, promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e o Diário Económico sobre “Execução do OE – Perspectivas para o Futuro”. Apesar de aplaudirem algumas das medidas que estão no documento assim como a redução do IRC, empresas como Visabeira ou a Frulact apontam aspectos negativos e que ainda dificultam o investimento.

O presidente da Visabeira Global, Pedro Reis sublinha que “as medidas do Orçamento do Estado e também a reforma do IRC, que são as mais substanciais, foram importantes para a empresa”. Pedro Reis destaca a “redução do IRC de 23% para 21%” como positivo, mas lamenta que a “taxa de tributação efectiva seja mais elevada porque estamos a falar de custos que não são dedutíveis”. “Estamos a falar de tributação autónoma, da derrama normal, da derrama estadual. Tudo pesa nas empresas”, exemplificou. O gestor referiu ainda o alargamento do regime especial de tributação das sociedades que “ao descer para os 75% abrangirá um conjunto de novas empresas, o que também é importante”. Pedro Reis aplaude também que o Estado tenha decidido pelo “alargamento do prazo de dedução dos prejuízos de cinco para 12 anos, uma medida fundamental porque as empresas mais novas não conseguem deduzir os prejuízos em poucos anos”.

O presidente da Visabeira Global é peremptório em realçar as vantagens do regime de ‘participation exemption’ que “permite a empresas como a nossa, com sede em Portugal, investir em países da América Latina sem o fenómeno da dupla tributação”. Pedro Reis alerta, no entanto, que seria importante rever a medida que obriga a que “os encaixes finan-

ceiros sejam adjudicados na sua dedutibilidade”.

Para o administrador financeiro da Frulact, Duarte Faria, o documento que agrega as contas do Estado ao longo de 2015 “é mais do mesmo”. Duarte Faria tem a mesma opinião do presidente da Visabeira Global ao sublinhar que “há uma pretensa redução do IRC, mas por outro



Luís Mira Amaral
Presidente do Banco BIC

O ex-ministro da Energia lamentou que não se tenha feito uma efectiva reforma do Estado e que a carga fiscal ainda seja asfíxiante.



Pedro Reis
Presidente da Visabeira Global

O gestor realça as vantagens do regime de ‘participation exemption’ que permite investir na América Latina sem haver dupla tributação.



Duarte Faria
Administrador e CFO do grupo Frulact

O administrador da empresa de preparados de fruta diz que a redução do preço do petróleo e a existência de liquidez é uma oportunidade.

lado há uma compensação da tributação autónoma”. Por isso, o administrador da empresa que produz preparados de fruta diz que “não é o OE que vai alterar o nosso paradigma [das empresas]”, mas sim as “competências internas e de contexto procurando, obviamente, os melhores enquadramentos fiscais”.

Presente no mesmo painel, o presidente do Banco BIC, Mira Amaral, considerou que o facto de o euro se estar a aproximar do dólar é “é bom e vantajoso para as empresas portuguesas exportadoras”. O banqueiro realçou o cenário favorável ao investimento que o País vive neste momento. E lembrou que na banca “temos excesso de liquidez”, o que deixa antever que as empresas que queiram investir terão acesso ao crédito. Mira Amaral referiu ainda que a queda dos preços do petróleo pode ter um efeito positivo para a economia portuguesa. Até porque no passado, quando o petróleo caiu 20%, o PIB em Portugal cresceu 0,3%.

Duarte Faria realçou o facto de o País estar a viver “uma fase mais positiva e credível”, o que abre, entre outros cenários, “a oportunidade de se obter financiamento em Portugal”. Para a mesma fonte esta é uma vantagem comparativa para as empresas portuguesas que acabam por ter um custo de capital bancário mais barato. Duarte Faria realçou que face à descida do preço do petróleo e à actual existência de liquidez “há uma janela de oportunidade de um ano e meio dois anos que temos de aproveitar”.

Mira Amaral também destacou que ainda há aspectos negativos que não foram resolvidos. Um desses aspectos resulta de “não se ter feito a reforma do Estado”, logo as empresas continuam a enfrentar “uma burocracia asfíxiante”. O mesmo responsável lamentou ainda que “a carga fiscal continue asfíxiante ao nível do IRS, IRC e IVA”, a par da “fiscalidade verde que dá mais uma ajuda e faz com que aumente a compra de combustíveis em Espanha”. ■



O MOMENTO

Luís Mira Amaral protagonizou um dos momentos do dia quando se referiu à atitude do ministro da Finanças grego, Yanis Varoufakis e afirmou que, ao contrário do que se diz, o Bloco de Esquerda não é semelhante ao Siryza. “Lembro-me do período do PREC e do Movimento de Esquerda Socialista, que era a chamada esquerda caviar. Acho que o estilo do sr. Varoufakis é mais MES”. E arrancou uma gargalhada da assistência quando disse que “o Bloco de Esquerda é um modelo ‘low cost’ do antigo MES”.



Paulo Nuncio, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, discursou na sessão inaugural da conferência.



João Salgueiro fez uma intervenção de fundo sobre as perspectivas para a economia portuguesa.

Investir no mercado externo é a estratégia para crescer

Visabeira Global e Frulact garantem mais de 50% das vendas fora de Portugal.

Dírcia Lopes

dircia.lopes@economico.pt

As empresas presentes no painel "Perspectivas para as empresas Portuguesas" cedo perceberam que o mercado português seria pequeno para garantir o crescimento do negócio. Visabeira Global e Frulact, cada uma à sua dimensão, já conquistaram o estatuto de multinacional e realizam mais de metade das vendas fora de Portugal.

Em declarações ao Diário Económico, à margem da conferência promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), o presidente da Visabeira Global, cujo 'core-business' é gerir redes de infra-estruturas de telecomunicações, Pedro Reis, revela que "o mercado externo já representa 57% das vendas totais" que ascendem a 631 milhões de euros. Sem querer se comparar "a uma EDP ou Portugal Telecom que são maiores", a mesma fonte não negligencia o estatuto de multinacional que tem vindo a conquistar e que faz com que já esteja em mercados tão diferentes como Moçambique, Angola - onde "investir é incontornável" - ou os países da Europa. A estratégia já está definida: continuar a reforçar a internacionalização em países, como por exemplo, a Alemanha e França. Isto sem esquecer novos mercados que já estão no radar como a América Latina. O presidente da Visabeira Global lembrou ainda que o grupo tem conseguido "uma taxa de crescimento anual de 14%. Temos crescido sempre em volume de negócios e EBITDA".

Para a empresa de Barcelos que produz preparados de fruta, a Frulact, Portugal já representa menos de 5% das vendas. Os restantes países da Europa já são responsáveis por 55% do negócio, enquanto os mercados fora do espaço europeu têm um

peso de cerca de 40%. Face a este cenário, o administrador financeiro do grupo, Duarte Faria, não tem dúvidas: "Neste momento, a Frulact é uma empresa que está activamente na internacionalização, sobretudo fora da Europa" que já conta com duas operações em Marrocos que "acompanham o mercado do Norte de África e Médio Oriente". Além da operação na África do Sul que responde a "toda a zona da SADC".

Num painel dedicado às empresas, o Bastonário da OTOC, Domingues de Azevedo, incentivou os empresários a reivindicarem os seus direitos, ao mesmo tempo que se questionou porquê que "a classe empresarial se rejubila pela diminuição da taxa de IRC quando [esta medida] incorpora uma contradição que resulta da tributação autónoma". Domingues de Azevedo denunciou ainda o facto de o sistema fiscal "funcionar com uma dualidade de princípios e de critérios" já que para devolver valores e juros aos contribuintes exige sempre um requerimento e outros procedimentos burocráticos. ■

“

A classe empresarial rejubila com a diminuição da taxa de IRC que incorpora uma contradição que resulta da tributação autónoma.

Domingues de Azevedo
Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas



Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas denunciou dualidade de princípios e de critérios por parte do Fisco.



Paulo Figueiredo



Mesa-redonda sobre "Orçamento do Estado e Crescimento Económico".

CIP rejeita falta de qualidade dos gestores

António Saraiva entende que a redução da carga fiscal é importante mas defende sobretudo a "previsibilidade".

O presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal reconhece que existe um "défice de qualificação" entre trabalhadores e empresários portugueses mas sublinha que "isso não quer dizer" que haja "falta de qualidade dos gestores". António Saraiva respondeu assim à mensagem deixada esta semana pelo FMI, que apontava para a necessidade de melhores gestores.

O presidente da CIP apontou para os "péssimos" exemplos "dados ultimamente", referindo-se ao BES e à PT, mas refere que este são apenas alguns casos e que "Portugal tem 400 mil empresas no mínimo", reforçando depois que "a qualidade de gestão não é assim tão má".

Falando na conferência sobre a execução do Orçamento do Estado para 2015, António Saraiva sublinhou as dificuldades dos empresários, referindo-se às dificuldades de acesso ao financiamento e à "carga fiscal cada vez mais penalizadora". Aqui, criticou a reforma da fiscalidade verde, que "vem onerar as empresas sem a neutralidade fiscal prometida".

Saraiva vê como um "sinal" positivo a reforma do IRC, cuja taxa poderá continuar a baixar no futuro, mas entende que, mais do que a carga fiscal, o que importa é a "previsibilidade" fiscal. "É sobretudo a previsibilidade que nós temos solicitado, mais do que a carga" fiscal, salientou.

A margem do evento, Saraiva também contestou as críticas das entidades internacionais ao aumento do salário mínimo, recordando que a subida foi negociada entre parceiros. Para o presidente da CIP, as instituições "que aplaudem a estabilidade social" não podem depois criticar "factores que geram essa mesma estabilidade". ■ **C.O.S com D.L.**



O presidente da CIP, António Saraiva, contesta a reforma da fiscalidade verde, que "vem onerar as empresas sem a neutralidade fiscal prometida".

"Foi-se embora a 'troika' mas ficou cá o Governo"

Municípios Presidente da ANMP entende que as políticas do Governo têm criado "enormes dificuldades". Presidente da CIP, João Proença e Vasco Valdez também deixaram críticas.

Cristina Oliveira da Silva
cristina.silva@economico.pt

O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) entende que as políticas do Governo "criaram enormes dificuldades económicas, financeiras e sociais" e deixou o alerta: "quer as pessoas, quer as entidades e as instituições estão no limite das suas possibilidades". "Foi-se embora a 'troika', é certo, mas ficou cá o Governo, e com ele ficaram estas políticas erradas", concluiu Manuel Machado.

Falando na conferência organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Diário Económico sobre a execução do Orçamento do Estado (OE), Manuel Machado apontou para a situação "delicada" dos municípios, com recursos humanos "exaustos" e receitas próprias "drasticamente diminuídas" nos últimos anos. O autarca de Coimbra deu exemplos de medidas que considera lesivas, destacando o



Manuel Machado diz que o OE pode ser "um poderoso instrumento de combate à crise e à promoção do desenvolvimento económico" mas tem sido "um grande entrave".



João Proença defende a celebração de um "acordo de confiança" entre Governo, patrões e trabalhadores mas ressalva que este compromisso "tem que chegar às empresas".



Este OE "é menos recessivo do que os anteriores, portanto, onde a austeridade foi um pouco mais disfarçada", afirmou Vasco Valdez.

"infundado limite de 35% da despesa com pessoal", que retira "margem de gestão autónoma a mais de dois terços dos municípios" e "impede as autarquias de se prepararem" para a transferência de competências em áreas "sensíveis e onerosas como a educação, a saúde, a cultura ou a Segurança Social".

Tal como o presidente da ANMP, também João Proença entende que o Governo foi além da 'troika'. O ex-secretário-geral da UGT critica a dimensão dos sacrifícios face aos resultados e diz que o OE está "claramente" virado para a austeridade. O Orçamento aumenta a carga fiscal e reduz as despesas sociais mas não assume "nenhum esforço significativo na redução das despesas dos consumos intermédios do Estado", acusa Proença.

O socialista defendeu ainda a celebração de um "acordo de confiança" entre Executivo, trabalhadores e empregadores, no quadro de um "novo Governo".

Já Vasco Valdez acredita que este OE é "menos recessivo do que os anteriores" mas mantém austeridade, embora "um pouco mais disfarçada". O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais entende que "há um claro aumento de impostos" e aponta o dedo à reforma da fiscalidade verde, que, aliás, também foi um ponto focado pelo presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP). "Com uma simples folha de excel, daria para aumentar em seis ou sete céntimos a gasolina e o gasóleo e escusavam de ter feito uma comissão tão pomposa" para atingir aqueles resultados, disse Vasco Valdez. O ex-governante acredita que 2015, "provavelmente, será um ano melhor do que aquele que foi 2014 em termos de recuperação económica" mas acrescenta que, pensando "no longo prazo", muitos dos "problemas estruturais com que Portugal se confrontava antes da crise ainda persistem". ■



Fotos: Paulo Figueiredo

Canadá deve ser um mercado prioritário

Investimento O economista João Salgueiro considera que se deve apostar no investimento produtivo.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

O economista e ex-ministro das Finanças, João Salgueiro, apresentou ontem um modelo alternativo para atingir os objectivos de crescimento e para ultrapassar as causas da crise. Por um lado, devia encorajar-se “o investimento produtivo”, sublinhando o adjectivo “produtivo”, já que “há muito investimento que só

gera despesa”. Salgueiro afirmou também que se há heróis no desporto, Portugal também devia ter alguns nas empresas. “Há alguma atitude simpática em relação ao turismo, mas também devia haver em relação ao investimento produtivo”, afirmou.

Por outro lado, João Salgueiro considera que se deve olhar com mais atenção para o Canadá e aproveitar o acordo assinado com a União Europeia. “O Canadá é uma antecâmara dos Estados Unidos e não tem ainda tanta concorrência como há nos próprios Estados Unidos”. João Salgueiro afirmou ainda que “Maio de 2011 foi uma certidão de óbito à estratégia que estava a ser seguida até então”, mas referiu também que “importa perceber se precisamos de cortar com o que temos agora”. ■



O ex-ministro das Finanças, João Salgueiro, afirma que “o Canadá é uma antecâmara dos Estados Unidos” e tem menos concorrência do que os próprios Estados Unidos.

“Temos o hábito de subvalorizar as questões positivas”

Paulo Núncio sublinhou a importância das reformas do IRS e do IRC para a modernização do sistema fiscal.

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, afirmou ontem que “temos o hábito de hipervalorizar as questões negativas e subvalorizar as positivas”. Com este mote, o responsável sublinhou o que Portugal conseguiu nos últimos anos. Entre os exemplos enumerados está o facto de se prever crescimento

económico para 2015, a redução da taxa de desemprego para os 13%, a queda das taxas de juro bem como uma conjuntura “bastante mais favorável”.

O responsável falou também sobre a importância das reformas do IRC e do IRS para a modernização do sistema fiscal e destacou o crescimento da receita fiscal em 2013 e em 2014. Recorde-se que foi em 2013, que o então ministro das Finanças, Vítor Gaspar, aplicou o “enorme aumento de impostos” sobre as famílias, dando ao IRS quase tanto peso como o IVA tem no total das receitas fiscais.

O aumento da carga fiscal tem sido precisamente um dos pontos mais criticados. Outro dos aspectos apontados é a relação entre o Fisco e os contribuintes com o aumento da pressão sobre os contribuintes e com o aumento do número de penhoras. ■ P.C.S.



O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, preferiu realçar o que Portugal conseguiu atingir nos últimos anos sublinhando o redução da taxa de desemprego para 13%.



1 Aspecto da assistência que reuniu mais de 200 pessoas no Salão Nobre do Hotel Ritz, em Lisboa.
2 Os técnicos oficiais de contas estiveram em força na conferência. Na foto, Filomena Moreira, Manuel Teixeira e Manuel Sousa.
3 Jorge Bonifácio e Francisco Costa durante uma troca de impressões.
4 António Moedas, Carlos José e Victor José numa pausa dos trabalhos.
5 João Luís, António Mendes e Joaquim Martins também marcaram presença.
6 António Saraiva, João Prence e Mira Amaral à conversa no intervalo dos trabalhos.
7 António Costa, director do Diário Económico, e Paulo Núncio, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, à chegada à conferência.